

ANEXO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DELIBERAÇÃO TCE-RJ N.º 285/2018 RELAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2023	
DADOS E DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS E ANEXADOS ATRAVÉS DO E-TCERJ - MÓDULO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/etcerj)	
Item	Informações Exigidas
1	Dados Iniciais
1.1	Ofício de encaminhamento assinado pelo gestor (anexado em formato PDF).
1.2	Responsável pela remessa das contas e do Chefe do Poder Executivo no exercício de 2023 (dados inseridos no e-TCERJ). <i>Obs.: O município que no exercício de 2023 teve mais de um Prefeito deverá enviar os dados de todos que em algum momento exerceram o mandato, informando o período de gestão de cada responsável.</i>
1.3	Responsável pelo Controle Interno no exercício de 2023 (dados inseridos no e-TCERJ).
1.4	Estrutura administrativa do município (dados inseridos no e-TCERJ).
1.5	Data de abertura da sessão legislativa da Câmara Municipal no exercício de 2024 (dados inseridos no e-TCERJ).
2	Instrumento de Planejamento
2.1	Lei do Plano Plurianual - PPA, que abrange o exercício, bem como as alterações porventura realizadas, contendo a indicação da data de publicação (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).
2.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício, acompanhada do ANEXO DE METAS FISCAIS e demais elementos, bem como as alterações porventura realizadas (artigo 4º da Lei Complementar n.º 101/00), contendo a indicação da data de publicação (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ). <i>Obs. 1: O Anexo de Metas Fiscais que acompanha a LDO, a ser inserido no formato PDF, <u>deve</u> ser apresentado em valores correntes e constantes; e</i> <i>Obs. 2: Os dados do Anexo de Metas Fiscais inseridos no e-TCERJ <u>devem</u> ser apresentados em valores correntes.</i>
3	Orçamento Anual
3.1	Lei Orçamentária Anual - LOA, relativa ao exercício de 2023, acompanhada de todos os seus anexos, bem como das alterações porventura realizadas (artigo 2º da Lei Federal n.º 4.320/64 e artigo 5º da Lei Complementar Federal n.º 101/00), contendo a indicação da data de publicação (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).
3.2	Relação informando os códigos e as descrições de todas as fontes de recursos utilizadas pelo município (Impostos e Transferências de Impostos, Próprios/Ordinários, Fundeb, FNDE, SUS, <i>ROYALTIES</i> , etc.) - dados inseridos no e-TCERJ . <i>Obs.1: Informar todas as fontes de recursos utilizadas pelo município, <u>independentemente</u> se essas fontes contavam com recursos para suportar a abertura de créditos adicionais durante o exercício; e</i> <i>Obs. 2: A relação das fontes ou destinações de recursos <u>deve</u> apresentar consonância com a padronização estabelecida por meio da Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20/2021 e da Portaria STN n.º 710/2021.</i>
3.3	Leis Autorizativas Específicas de abertura de créditos adicionais, em ordem cronológica, com a indicação da data de publicação (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ). <i>Obs.1: Se for enviada a publicação na imprensa oficial, somente remeter a página na qual consta a lei;</i> <i>Obs.2: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i>
3.4	Decretos de abertura de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários (Administração Direta e Indireta), em ordem cronológica, abertos com base em autorização na LOA e em demais leis autorizativas (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ). <i>Obs.: Se for enviada a publicação da imprensa oficial somente remeter a página na qual consta o decreto.</i>
3.5	Documentação contábil comprovando a existência de saldo orçamentário (sobra) não utilizado no exercício de 2022 no caso de créditos adicionais especiais abertos em 2023 com base em leis autorizativas promulgadas nos últimos quatro meses do exercício de 2022 (anexado no formato PDF).
3.6	Compatibilidade entre as alterações orçamentárias e o orçamento final registrado no Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64 (dados inseridos no e-TCERJ).
3.7	Decreto municipal que declarou situação caracterizada como estado de calamidade pública no caso de abertura de créditos adicionais extraordinários no exercício de 2023 (anexado no formato PDF) para atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes (art 167, § 3º da CF). <i>Obs.: No caso de não ocorrência de créditos extraordinários, enviar declaração de inexistência.</i>
3.8	Decreto estadual que homologou o estado de calamidade pública caso tenham sido abertos créditos adicionais extraordinários (anexado no formato PDF para atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes (art 167, § 3º da CF). <i>Obs.: No caso de não ocorrência de créditos extraordinários, enviar declaração de inexistência.</i>

ANEXO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DELIBERAÇÃO TCE-RJ N.º 285/2018 RELAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2023	
DADOS E DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS E ANEXADOS ATRAVÉS DO E-TCERJ - MÓDULO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/etcerj)	
Item	Informações Exigidas
3.9	<p>Elementos que comprovem que a Câmara Municipal tomou ciência dos decretos que abrem crédito adicional extraordinário (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: No caso de não ocorrência de créditos extraordinários, enviar declaração de inexistência.</i></p>
3.10	<p>Relação dos decretos que abrem créditos adicionais com base no superávit financeiro do exercício anterior (2022), com detalhamento do superávit financeiro, ativo e passivo financeiro, apurado por cada espécie de código fonte utilizado (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Observar a compatibilidade dos decretos constantes no item Quadro Superávit Financeiro do sistema e-TCERJ com os registrados no item Créditos Adicionais do referido sistema;</i></p> <p><i>Obs. 2: A relação dos códigos de fontes ou destinações de recursos deve apresentar consonância com a padronização estabelecida por meio da Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20/2021 e da Portaria STN n.º 710/2021.</i></p>
3.11	<p>Balancete contábil registrando o total do Ativo e do Passivo de cada código fonte utilizado para abertura dos créditos adicionais empregando como origem de recurso o superávit financeiro do exercício anterior, nos moldes do Modelo 1, acompanhado da respectiva documentação comprobatória do referido superávit (anexado no formato PDF).</p>
3.12	<p>Relação dos decretos que abrem créditos adicionais com base em excesso de arrecadação, detalhando cada código fonte utilizado, com a descrição do valor do excesso de arrecadação comprovado em cada código fonte (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Observar a compatibilidade dos decretos constantes no item Quadro Excesso de Arrecadação com os registrados no item Créditos Adicionais do referido sistema;</i></p> <p><i>Obs. 2: A relação dos códigos de fontes ou destinações de recursos deve apresentar consonância com a padronização estabelecida por meio da Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20/2021 e da Portaria STN n.º 710/2021.</i></p>
3.13	<p>Cálculo de apuração da respectiva tendência de excesso de arrecadação para o exercício ou documentação comprobatória, separada por espécie de código fonte utilizado, detalhando o excesso de arrecadação obtido para elaboração de cada decreto de abertura de créditos adicionais (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: A relação dos códigos de fontes ou destinações de recursos deve apresentar consonância com a padronização estabelecida por meio da Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20/2021 e da Portaria STN n.º 710/2021.</i></p>
4	Demonstrações Contábeis
4.1	<p>Demonstrativos contábeis consolidados (abrangendo todos os órgãos, entidades e fundos especiais da Administração Direta e Indireta do município, incluindo os dados do Poder Legislativo e das empresas estatais dependentes).</p> <p><i>Obs.: Os dados inseridos no e-TCERJ devem conter declaração de conformidade com as informações do demonstrativo assinado e encaminhado em formato PDF.</i></p> <p>ANEXO 1 - Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (anexado no formato PDF).</p> <p>ANEXO 2 - Demonstração da Receita e Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Adendo III (anexado no formato PDF).</p> <p>ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os recursos - Adendo VII (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p>ANEXO 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs.: O Anexo 10 deve ser encaminhado de forma analítica, de forma que seja possível evidenciar, por exemplo, as receitas de aplicação financeira do Fundeb e de Royalties.</i></p> <p>ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (anexado no formato PDF).</p> <p>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ) <u>incluindo</u>:</p> <p><i>a) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados;</i></p> <p><i>b) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso.</i></p> <p>BALANÇO FINANCEIRO (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p>BALANÇO PATRIMONIAL (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ) incluindo:</p> <p><i>a) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas;</i></p> <p><i>b) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro;</i></p> <p><i>c) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes.</i></p> <p>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (anexado no formato PDF).</p>

ANEXO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DELIBERAÇÃO TCE-RJ N.º 285/2018 RELAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2023	
DADOS E DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS E ANEXADOS ATRAVÉS DO E-TCERJ - MÓDULO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/etcerj)	
Item	Informações Exigidas
	ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna (anexado no formato PDF). ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ). Relação dos cancelamentos de restos a pagar processados, registrados no Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados, contendo os casos de prescrição e demais justificativas, totalizadas por justificativa e unidade gestora, na forma do Modelo 2 , acompanhado da documentação comprobatória quando necessário para interpretação dos fatos (anexado no formato PDF). BALANCETE CONTÁBIL ANALÍTICO - CONSOLIDADO , compreendendo o período de 01.01.2023 a 31.12.2023, detalhado até o 7º nível de desdobramento (anexado no formato PDF). Comprovação da consolidação dos demonstrativos contábeis, nos moldes do Modelo 3 (anexado no formato PDF).
4.2	Demonstrativos contábeis da Câmara Municipal <i>Obs.: Os dados inseridos no e-TCERJ devem conter declaração de conformidade com as informações do demonstrativo assinado e encaminhado em formato PDF.</i> ANEXO 2 - Demonstração da Receita e Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Adendo III (anexado no formato PDF). ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os recursos - Adendo VII (anexado no formato PDF). ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (anexado no formato PDF). BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ) incluindo: <i>a) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados;</i> <i>b) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso.</i> BALANÇO FINANCEIRO (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ). BALANÇO PATRIMONIAL (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ) incluindo: <i>a) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas;</i> <i>b) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro;</i> <i>c) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes.</i> DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (anexado no formato PDF). DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (anexado no formato PDF). ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna (anexado no formato PDF). ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).
4.3	Demonstrativos contábeis do Fundo Especial da Câmara <i>Obs. 1: Os dados inseridos no e-TCERJ devem conter declaração de conformidade com as informações do demonstrativo assinado e encaminhado em formato PDF.</i> <i>Obs. 2: Caso o município não possua Fundo Especial da Câmara, encaminhar declaração de inexistência.</i> ANEXO 2 - Demonstração da Receita e Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Adendo III (anexado no formato PDF). ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os recursos - Adendo VII (anexado no formato PDF). ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (anexado no formato PDF). BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ) incluindo: <i>a) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados;</i> <i>b) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso.</i>

ANEXO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DELIBERAÇÃO TCE-RJ N.º 285/2018 RELAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2023	
DADOS E DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS E ANEXADOS ATRAVÉS DO E-TCERJ - MÓDULO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/etcerj)	
Item	Informações Exigidas
	BALANÇO FINANCEIRO (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).
	BALANÇO PATRIMONIAL (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ) incluindo:
	<i>a) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas;</i>
	<i>b) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro;</i>
	<i>c) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes.</i>
	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (anexado no formato PDF).
	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (anexado no formato PDF).
	ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna (anexado no formato PDF).
	ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).
	Demonstrativos contábeis do Fundo Municipal de Saúde
	ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os recursos - Adendo VII (anexado no formato PDF).
	ANEXO 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (anexado no formato PDF).
	ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (anexado no formato PDF).
	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (anexado no formato PDF) <u>incluindo</u> :
	<i>a) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados;</i>
	<i>b) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso.</i>
4.4	BALANÇO FINANCEIRO (anexado no formato PDF).
	BALANÇO PATRIMONIAL (anexado no formato PDF) incluindo:
	<i>a) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas;</i>
	<i>b) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro;</i>
	<i>c) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes.</i>
	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (anexado no formato PDF).
	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (anexado no formato PDF).
	ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna (anexado no formato PDF).
	ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (anexado no formato PDF).
	Demonstrativos contábeis do RPPS
	<i>Obs.: Os dados inseridos no e-TCERJ devem conter declaração de conformidade com as informações do demonstrativo assinado e encaminhado em formato PDF.</i>
	ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os recursos - Adendo VII (anexado no formato PDF).
	ANEXO 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (anexado no formato PDF).
	ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (anexado no formato PDF).
	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ) incluindo:
	<i>a) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados;</i>
	<i>b) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso.</i>
4.5	BALANÇO FINANCEIRO (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).

ANEXO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DELIBERAÇÃO TCE-RJ N.º 285/2018 RELAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2023	
DADOS E DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS E ANEXADOS ATRAVÉS DO E-TCERJ - MÓDULO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/etcerj)	
Item	Informações Exigidas
	<p>BALANÇO PATRIMONIAL (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ) incluindo:</p> <p><i>a) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas;</i></p> <p><i>b) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro;</i></p> <p><i>c) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes.</i></p> <p>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (anexado no formato PDF).</p> <p>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (anexado no formato PDF).</p> <p>ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna (anexado no formato PDF).</p> <p>ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).</p>
5	Educação
5.1	<p>Despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2023, por código fonte de recurso, na Função 12 (Educação) e por Subfunção (361, 365, etc.) (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i></p> <p><i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis (Função 12 do Anexo 08 Consolidado – Demonstrativo da Despesa por funções, programas e subprogramas conforme o vínculo com os recursos);</i></p> <p><i>Obs. 3: Especificar o montante aplicado em subfunção atípica (122, 306, etc.), na fonte Impostos e Transferências de Impostos, na modalidade de ensino correspondente (ensino infantil ou fundamental);</i></p> <p><i>Obs. 4: Especificar o montante aplicado nas Subfunções 366 – Educação de Jovens e Adultos, e 367 – Educação Especial, na fonte Impostos e Transferências de Impostos, na modalidade de ensino correspondente (ensino infantil ou fundamental).</i></p>
5.2	<p>Documentação contábil comprobatória das despesas realizadas (empenhadas, liquidadas e pagas) na Função 12 (Educação), por Subfunção (361, 365, etc.), por espécie de código fonte de recurso, no exercício de 2023 (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs. : A relação dos códigos de fontes ou destinações de recursos deve apresentar consonância com a padronização estabelecida por meio da Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20/2021 e da Portaria STN n.º 710/2021.</i></p>
5.3	<p>Execução de restos a pagar na educação no exercício de 2023, nas fontes Impostos e Transferências de Impostos e Fundeb (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i></p> <p><i>Obs. 2: Deve conter declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis.</i></p>
5.4	<p>Cancelamentos de restos a pagar na educação no exercício de 2023, por código fonte Impostos e Transferências de Impostos (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i></p> <p><i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis.</i></p>
5.5	<p>Relação contábil contendo os cancelamentos de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) da Função 12 – Educação, da fonte de recursos Impostos e Transferências de Impostos, realizados no exercício de 2023, dos últimos cinco anos (2018 a 2022), separados e totalizados por exercício (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i></p>
5.6	<p>Balancete Contábil de verificação, nos moldes do Modelo 4, demonstrando a disponibilidade financeira e obrigações específicas do Ensino - MDE, na fonte de recurso Impostos e Transferências de Impostos, no exercício de 2023, <u>acompanhado dos seguintes documentos</u> (todos anexados no formato PDF):</p> <p>Quadro auxiliar das disponibilidades financeiras das contas da educação por código fonte Impostos e Transferências de Impostos (conta corrente e aplicação financeira), na forma do Modelo 5 e QUADROS I e II;</p> <p>Extratos bancários das contas da educação referentes ao código fonte Impostos e Transferências de Impostos (conta corrente e aplicação financeira), relativos ao mês de dezembro de 2023;</p> <p>Relação contábil de Restos a Pagar Processados e Não Processados, <u>separados e totalizados por exercício</u>, por código fonte Impostos e Transferências de Impostos na educação, existentes em 31/12/2023; e</p>

ANEXO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DELIBERAÇÃO TCE-RJ N.º 285/2018 RELAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2023	
DADOS E DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS E ANEXADOS ATRAVÉS DO E-TCERJ - MÓDULO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/etcerj)	
Item	Informações Exigidas
	Relação contábil das Consignações/DDO e outros passivos financeiros, por código fonte de Impostos e Transferências de Impostos da educação, existentes em 31/12/2023.
6	Fundeb
6.1	<p>Despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2023, na fonte Fundeb, na Função 12 (Educação) e por Subfunção (361, 365, etc.), informando a parcela referente à remuneração dos profissionais da educação (70%) e a parcela referente às demais despesas (30%) (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i></p> <p><i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis;</i></p> <p><i>Obs. 3: Especificar o montante aplicado em subfunção atípica (122, 306, etc.), na fonte Fundeb, na modalidade de ensino correspondente (ensino infantil ou fundamental);</i></p> <p><i>Obs. 4: Especificar o montante aplicado nas Subfunções 366 – Educação de Jovens e Adultos, e 367 – Educação Especial, na fonte Fundeb, na modalidade de ensino correspondente (ensino infantil ou fundamental);</i></p> <p><i>Obs. 5: Atentar que o total das despesas informado deve guardar paridade com o montante informado no tópico de educação, na fonte Fundeb.</i></p>
6.2	Documentação contábil comprobatória das despesas realizadas no ensino no exercício de 2023 (empenhadas, liquidadas e pagas) na fonte de recurso Fundeb, informando a parcela referente à remuneração dos profissionais da educação (mínimo de 70%) e a parcela referente às demais despesas (30%) separadamente (anexado no formato PDF).
6.3	<p>Balancete Contábil de verificação, nos moldes do Modelo 4, demonstrando a disponibilidade financeira e obrigações específicas do ensino na fonte de recurso Fundeb, no exercício de 2023, <u>acompanhado dos seguintes documentos</u> (todos anexados no formato PDF):</p> <p>Quadro auxiliar das disponibilidades financeiras das contas da educação na fonte Fundeb (conta corrente e aplicação financeira), na forma do Modelo 5 e QUADROS I e II;</p> <p>Extratos bancários da conta do Fundeb do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 (conta corrente e aplicação financeira);</p> <p>Relação contábil de Restos a Pagar Processados e Não Processados, <u>separados e totalizados por exercício</u>, da fonte Fundeb, existentes em 31.12.2023; e</p> <p>Relação contábil das Consignações/DDO e outros passivos financeiros da fonte Fundeb existentes em 31.12.2023.</p> <p><i>Obs. 1: Deve ser informado em nota do balancete em qual agência/conta corrente do Banco do Brasil S/A ou Caixa Econômica Federal os recursos do Fundeb são disponibilizados ao município, conforme art. 21 da Lei Federal n.º 14.113/20; e</i></p> <p><i>Obs. 2: Caso existam outras contas que movimentem os recursos transferidos pelo Fundeb, informar quais as respectivas aplicações dessas contas.</i></p>
6.4	<p>Cancelamentos de restos a pagar na educação no exercício de 2023, na fonte Fundeb, informando a parcela referente à remuneração dos profissionais da educação (70%) e a parcela referente às demais despesas (30%) - (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i></p> <p><i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis.</i></p>
6.5	<p>Relação contábil contendo os cancelamentos de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) da Função 12 – Educação, da fonte de recursos Fundeb, referente à parcela de 70%, realizados no exercício de 2023, dos últimos cinco anos (2018 a 2022), separados e totalizados por exercício (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i></p>
6.6	<p>Relação contábil contendo os cancelamentos de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) da Função 12 – Educação, da fonte de recursos Fundeb, referente à parcela de 30%, realizados no exercício de 2023, dos últimos cinco anos (2018 a 2022), separados e totalizados por exercício (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i></p>
6.7	<p>Parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb sobre a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundeb, abrangendo todo o exercício de 2023 (parágrafo único do art. 31 e art. 33 da Lei n.º 14.113/20) (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: No caso do parecer não ter sido emitido, encaminhar justificativas informando os motivos que não permitiram a sua elaboração.</i></p>
6.8	Ressarcimento e outros créditos efetuados à conta do Fundeb acompanhado de documentação comprobatória, se for o caso (anexado no formato PDF e dados inseridos no e-TCERJ).

ANEXO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DELIBERAÇÃO TCE-RJ N.º 285/2018 RELAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2023	
DADOS E DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS E ANEXADOS ATRAVÉS DO E-TCERJ - MÓDULO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/etcerj)	
Item	Informações Exigidas
6.9	Decretos referentes aos créditos adicionais abertos com base no superávit financeiro da conta Fundeb do exercício anterior (2022) (anexado no formato PDF).
6.10	Relação das despesas de exercícios anteriores (DEA) empenhadas, liquidadas e pagas computadas na Função 12 - Educação, por subfunção, nas fontes de recursos Impostos e Transferências de Impostos e Fundeb, conforme Nota Técnica TCE-RJ n.º 05/2022, contendo as seguintes certificações do controle interno (anexado no formato PDF): (i) de que as despesas não foram consideradas em exercícios anteriores; (ii) que atendam aos critérios previstos no art. 37 da Lei Federal n.º 4.320/64; e (iii) que as despesas podem ser qualificadas como despesas em MDE, conforme critérios estabelecidos pelo art. 70 da LDB.
6.11	Relação dos restos a pagar pagos, no exercício de 2023, referentes aos últimos cinco anos (2018 a 2022), separados e totalizados por exercício, que não possuíam disponibilidade de caixa nos respectivos exercícios de referência, computados na Função 12 - Educação, nas fontes de recursos Impostos e Transferências de Impostos e Fundeb, contendo as seguintes certificações do controle interno, conforme orientações da Nota Técnica n.º 05/2022 (anexado no formato PDF): (i) que as despesas não tenham sido consideradas no exercício anterior; (ii) que as despesas possam ser qualificadas como despesas em MDE, conforme critérios estabelecidos pelo art. 70 da LDB; (iii) que o valor a ser considerado no cômputo da aplicação mínima em MDE represente a parcela que excede ao montante de RP pago que possuía disponibilidade de caixa em 31 de dezembro do ano anterior; (iv) que os restos a pagar pagos no exercício para fins de apuração do limite mínimo aplicado em MDE, cujas despesas não foram consideradas no exercício anterior por falta de disponibilidade financeira, foram pagos com recursos de impostos e transferências de impostos.
7	Saúde
7.1	Despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2023, independente da fonte de recursos, na Função 10 (saúde) e por grupo de natureza de despesa (dados inseridos no e-TCERJ). <i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i> <i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis.</i>
7.2	Documentação contábil comprobatória das despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2023, realizadas em ações e serviços públicos de saúde - ASPS (Função 10), por grupo de natureza da despesa, independente da fonte de recurso (anexado no formato PDF).
7.3	Despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2023, por fonte de recursos na Função 10 (saúde) (dados inseridos no e-TCERJ). <i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i> <i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis;</i> <i>Obs. 3: Atentar que o total das despesas informado por grupo de natureza e por fonte de recursos referentes à saúde deve guardar paridade entre si.</i>
7.4	Documentação contábil comprobatória das despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2023, realizadas em ações e serviços públicos de saúde - ASPS (Função 10), por fonte de recurso (anexado no formato PDF).
7.5	Balancete Contábil de verificação, nos moldes do Modelo 4 , demonstrando a disponibilidade financeira e obrigações específicas da saúde, na fonte de recurso Impostos e Transferências de Impostos, no exercício de 2023, <u>acompanhado dos seguintes documentos</u> (todos anexados no formato PDF): Quadro auxiliar das disponibilidades financeiras das contas da saúde por código fonte Impostos e Transferências de Impostos (conta corrente e aplicação financeira), na forma do Modelo 5 e QUADROS I e II ; Extratos bancários das contas da saúde referentes ao código fonte Impostos e Transferências de Impostos, relativos ao mês de dezembro de 2023; Relação contábil de Restos a Pagar Processados e Não Processados, <u>separados e totalizados por exercício</u> , por código fonte Impostos e Transferências de Impostos na saúde existentes em 31.12.2023; e Relação contábil das Consignações/DDO e outros passivos financeiros por código fonte de Impostos e Transferências de Impostos da saúde existentes em 31.12.2023.

ANEXO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DELIBERAÇÃO TCE-RJ N.º 285/2018 RELAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2023	
DADOS E DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS E ANEXADOS ATRAVÉS DO E-TCERJ - MÓDULO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/etcerj)	
Item	Informações Exigidas
7.6	<p>Execução de restos a pagar na saúde no exercício de 2023, por código fonte Impostos e Transferências de Impostos (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i></p> <p><i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis.</i></p>
7.7	<p>Cancelamentos de restos a pagar na saúde no exercício de 2023, por código fonte Impostos e Transferências de Impostos (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i></p> <p><i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis.</i></p>
7.8	<p>Relação contábil contendo os cancelamentos de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) da Função 10 – Saúde, por código fonte de recursos Impostos e Transferências de Impostos, realizados no exercício de 2023, dos últimos cinco anos (2018 a 2022), separados e totalizados por exercício (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i></p>
7.9	<p>Parecer do Conselho Municipal de Saúde quanto à fiscalização da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, abrangendo todo o exercício de 2023 (§ 3º, artigo 77 do ADCT c/c § 3º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12) (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: No caso do parecer não ter sido emitido, encaminhar justificativa informando os motivos que não permitiram a sua elaboração.</i></p>
7.10	<p>Atas das Audiências Públicas realizadas nos meses de fevereiro/2023 (referente ao 3º quadrimestre/2022), maio/2023 (referente ao 1º quadrimestre/2023) e setembro/2023 (referente ao 2º quadrimestre/2023), nas quais foram apresentados, pelo gestor do SUS, Relatórios detalhados referentes ao quadrimestre anterior (§ 5º e caput do artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12) (anexado no formato PDF).</p>
7.11	<p>Comprovantes dos chamamentos para a participação nas Audiências Públicas (Lei Complementar Federal nº 141/12) mencionadas no item anterior (anexado no formato PDF).</p>
8	Demais Assuntos
8.1	<p>Operações de créditos celebradas no exercício (dados inseridos no e-TCERJ).</p>
8.2	<p>Leis que autorizaram a realização das Operações de Crédito, das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) e das Garantias e Contragarantias de Valores, realizadas no exercício de 2023, com a indicação da data de publicação (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs. 1: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência; e</i></p> <p><i>Obs. 2: No caso da ocorrência de arrecadação de receita durante o exercício de 2023, a lei autorizativa para a respectiva operação deverá ser encaminhada, independentemente do exercício em que tenha ocorrido a autorização.</i></p>
8.3	<p>Atas das Audiências Públicas realizadas até o final dos meses de fevereiro/2023 (referente ao 3º quadrimestre/2022), maio/2023 (referente ao 1º quadrimestre/2023) e setembro/2023 (referente ao 2º quadrimestre/2023) em cumprimento ao disposto no § 4º do art.9º da Lei Complementar Federal n.º 101/00 (anexado no formato PDF).</p>
8.4	<p>Comprovantes dos chamamentos para a participação nas Audiências Públicas (Lei Complementar Federal nº 101/00) mencionadas no item anterior (anexado no formato PDF).</p>
8.5	<p>Despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2023, por grupo de natureza de despesa - GND, na fonte de recursos <i>royalties</i> e participações especiais (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i></p> <p><i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis;</i></p> <p><i>Obs.3: Deve-se incluir as despesas suportadas com recursos oriundos da Lei Federal n.º 12.858/13 destinados à educação e à saúde;</i></p> <p><i>Obs. 4: Não devem ser incluídas as despesas suportadas com recursos oriundos da cessão onerosa prevista na Lei Federal n.º 13.885/19.</i></p>
8.6	<p>Documentação contábil comprobatória das despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2023, por Grupo de Natureza da Despesa – GND, na fonte de Recurso dos <i>royalties</i> e participações especiais (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs. 1: Deve-se incluir as despesas suportadas com recursos oriundos da Lei Federal n.º 12.858/13 destinados à educação e à saúde; e</i></p> <p><i>Obs. 2: Não devem ser incluídas as despesas suportadas com recursos oriundos da cessão onerosa prevista na Lei Federal n.º 13.885/19.</i></p>
8.7	<p>Documentação contábil comprobatória dos recursos financeiros dos <i>Royalties</i> repassados ao RPPS para capitalização do Instituto no exercício de 2022 (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i></p>

ANEXO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DELIBERAÇÃO TCE-RJ N.º 285/2018 RELAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2023	
DADOS E DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS E ANEXADOS ATRAVÉS DO E-TCERJ - MÓDULO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/etcerj)	
Item	Informações Exigidas
8.8	<p>Despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2023, por função, de recursos oriundos de <i>royalties</i> e participações especiais (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i></p> <p><i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis;</i></p> <p><i>Obs. 3: Atentar que o total das despesas de royalties e participações especiais por grupo de natureza e por função de governo deve guardar paridade entre si;</i></p> <p><i>Obs. 4: Deve-se incluir as despesas suportadas com recursos oriundos da Lei Federal n.º 12.858/13 destinados à educação e à saúde;</i></p> <p><i>Obs. 5: Atentar que o total das despesas custeadas com recursos da Lei Federal n.º 12.858/13 na função 12 (educação) e 10 (saúde) deve guardar paridade com o montante informado nos tópicos correspondentes à saúde e à educação; e</i></p> <p><i>Obs. 6: Não devem ser incluídas as despesas suportadas com recursos oriundos da cessão onerosa prevista na Lei Federal n.º 13.885/19;</i></p>
8.9	<p>Documentação contábil comprobatória das despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2023, por função, custeadas com recursos de <i>royalties</i> e participações especiais (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs. 1: Deve-se incluir as despesas suportadas com recursos oriundos da Lei Federal n.º 12.858/13 destinados à educação e à saúde; e</i></p> <p><i>Obs. 2: Não devem ser incluídas as despesas suportadas com recursos oriundos da cessão onerosa prevista na Lei Federal n.º 13.885/19.</i></p>
8.10	<p>Aplicação dos valores recebidos a título de <i>royalties</i> e participações especiais previstos na Lei Federal n.º 12.858/13 nas áreas de educação e saúde no exercício de 2023 (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i></p> <p><i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis.</i></p>
8.11	<p>Demonstrativo dos valores recebidos e aplicados nas áreas de Educação e Saúde no exercício de 2023, com recursos recebidos de <i>royalties</i> e participações especiais previstos na Lei Federal n.º 12.858/13, nos moldes do Modelo 6, <u>acompanhado da respectiva documentação contábil comprobatória</u> (anexado no formato PDF).</p>
8.12	<p>Balancete contábil de verificação, nos moldes do Modelo 4, demonstrando a disponibilidade financeira e as obrigações nas fontes de recursos de <i>royalties</i> e participações especiais da Lei Federal n.º 12.858/13 - Educação (75%) e Saúde (25%), em separado, acompanhado dos seguintes documentos (todos anexados no formato PDF):</p> <p>Quadro auxiliar das disponibilidades financeiras das contas (conta corrente e aplicação financeira) nas fontes de recursos de <i>royalties</i> e participações especiais da Lei Federal n.º 12.858/13 - Educação (75%) e Saúde (25%), em separado, na forma do Modelo 5 e QUADROS I e II;</p> <p>Extratos bancários das contas referentes a <i>royalties</i> e participações especiais da Lei Federal n.º 12.858/13 - Educação (75%) e Saúde (25%) (conta corrente e aplicação financeira), relativos ao mês de dezembro de 2023;</p> <p>Relação contábil de Restos a Pagar Processados e Não Processados, <u>separados e totalizados por exercício</u>, da fonte <i>royalties</i> e participações especiais da Lei Federal n.º 12.858/13 - Educação (75%) e Saúde (25%), existentes em 31.12.2023; e</p> <p>Relação contábil das Consignações/DDO e outros passivos financeiros da fonte <i>royalties</i> e participações especiais existentes em 31.12.2023.</p>
8.13	<p>Relação contábil contendo os cancelamentos de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) da fonte de recursos de <i>royalties</i> e participações especiais da Lei Federal n.º 12.858/13 - Educação (75%) e Saúde (25%), realizados no exercício de 2023, dos últimos cinco anos (2018 a 2022), separados e totalizados por exercício (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i></p>
8.14	<p>Demonstrativo dos valores recebidos e aplicados com recursos de cessão onerosa previsto na Lei Federal n.º 13.885/19 nos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023, nos moldes do Modelo 7, <u>acompanhado da respectiva documentação contábil comprobatória</u> (anexado no formato PDF).</p>
8.15	<p>Balancete contábil de verificação, nos moldes do Modelo 4, demonstrando a disponibilidade financeira e as obrigações dos recursos previsto na Lei Federal n.º 13.885/19, acompanhado dos seguintes documentos (todos anexados no formato PDF):</p> <p>Quadro auxiliar das disponibilidades financeiras das contas (conta corrente e aplicação financeira) dos recursos previsto na Lei Federal n.º 13.885/19, na forma do Modelo 5 e QUADROS I e II;</p> <p>Extratos bancários das contas referentes aos recursos previsto na Lei Federal n.º 13.885/19 (conta corrente e aplicação financeira), relativos ao mês de dezembro de 2023;</p>

ANEXO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DELIBERAÇÃO TCE-RJ N.º 285/2018 RELAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2023	
DADOS E DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS E ANEXADOS ATRAVÉS DO E-TCERJ - MÓDULO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/etcerj)	
Item	Informações Exigidas
	<p>Relação contábil de Restos a Pagar Processados e Não Processados, <u>separados e totalizados por exercício</u>, dos recursos previsto na Lei Federal n.º 13.885/19 existentes em 31.12.2023; e</p> <p>Relação contábil das Condições/DDO e outros passivos financeiros dos recursos previsto na Lei Federal n.º 13.885/19 existentes em 31.12.2023.</p>
8.16	<p>Relação contábil contendo os cancelamentos de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) por código fonte de recursos de cessão onerosa da Lei n.º 13.885/19, realizados no exercício de 2023, dos últimos cinco anos (2018 a 2022), separados e totalizados por exercício (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i></p>
8.17	Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (dados inseridos no e-TCERJ).
8.18	<p>Contribuições (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício de 2023 e os termos de parcelamentos previdenciários junto ao RPPS (dados inseridos no e-TCERJ).</p> <p><i>Obs. 1: Caso seja identificada alguma divergência no confronto com os dados contábeis, deve ser efetuado o ajuste manual;</i></p> <p><i>Obs. 2: Observar que deve conter a declaração de que os dados guardam paridade com o constante nos registros contábeis;</i></p> <p><i>Obs. 3: Os dados devem estar consolidados (somente as unidades gestoras do Poder Executivo).</i></p>
8.19	Relatórios de Avaliação Atuarial anual do Regime Próprio de Previdência Social, realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, anos-base 31.12.2022 e 31.12.2023, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios (anexado no formato PDF).
8.20	Declaração subscrita pelo Chefe do Executivo Municipal informando, em caso de déficit atuarial, as medidas adotadas para o equacionamento do referido déficit, acompanhada de comprovação do plano de amortização e/ou segregação de massas, bem como de outras medidas adotadas (anexado no formato PDF).
8.21	Lei instituidora da alíquota de contribuição previdenciária devida pelos segurados do RPPS municipal (dados inseridos no e-TCERJ).
8.22	Devolução da sobra financeira efetuada pela Câmara Municipal à Prefeitura relativa ao orçamento de 2023, <u>acompanhada da respectiva documentação comprobatória</u> (dados inseridos no e-TCERJ e anexado no formato PDF).
8.23	Relatório do Órgão Central do Controle Interno do Poder Executivo (incisos I e II do artigo 74 da CF) - anexado no formato PDF .
8.24	<p>Certificado de Auditoria elaborado pelo Controle Interno, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: Certificado de Auditoria deve conter a assinatura do contador e o número de seu CRC.</i></p>
8.25	Informações acerca das providências adotadas para cumprimento das determinações deste Tribunal contidas no relatório da última Prestação de Contas de Governo do Município apreciada pelo TCE-RJ, nos moldes do Modelo 8 (anexado no formato PDF).
8.26	Relatório Elaborado pelo Gestor sobre as auditorias de gestão do crédito tributário e das próprias receitas, na forma do Modelo 9 (anexado no formato PDF).
8.27	<p>Relação contendo os seguintes endereços eletrônicos de informações no sítio da internet do Município (Portal da Transparência), conforme inciso XXXIII, artigo 5º da CFBR c/c a Lei Federal n.º 12.527/11 e o artigo 48 da Lei Federal n.º 101/00 (anexado no formato PDF):</p> <p>a) Lei do Plano Plurianual - PPA, que abrange o exercício, acompanhada dos respectivos ANEXOS, bem como das cópias das alterações porventura realizadas, contendo a indicação da data de publicação;</p> <p>b) Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício, acompanhada do ANEXO DE METAS FISCAIS e demais elementos, bem como da cópia das alterações porventura realizadas;</p> <p>c) Lei dos Orçamentos Anuais - LOA, relativa ao exercício de 2022, acompanhada de todos os seus anexos, bem como cópia das alterações porventura realizadas (artigo 2º da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00), contendo a indicação da data de publicação;</p> <p>d) Leis Autorizativas Específicas de abertura de créditos adicionais, com a indicação da data de publicação;</p> <p>e) Decretos de abertura de créditos adicionais, com a indicação da data de publicação;</p> <p>f) Decreto Municipal que declarou situação caracterizada como estado de calamidade pública, no caso de abertura de créditos adicionais extraordinários no exercício de 2022;</p> <p>g) Balanços e Demonstrativos Contábeis da execução orçamentária;</p> <p>h) Atas das Audiências Públicas das Metas Fiscais e da Saúde e os seus respectivos comprovantes de chamamento (Lei Complementar n.º 101/00 e 141/12);</p> <p>i) Pareceres dos Conselhos do Fundeb e da Saúde; e</p> <p>j) Pareceres Prévios emitidos nas Contas de Governo Municipais.</p>

<p style="text-align: center;">ANEXO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DELIBERAÇÃO TCE-RJ N.º 285/2018 RELAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2023</p>	
<p style="text-align: center;">DADOS E DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS E ANEXADOS ATRAVÉS DO E-TCERJ - MÓDULO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/etcerj)</p>	
Item	Informações Exigidas
8.28	<p>Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Poder Executivo, por fonte de recursos, na forma do Modelo 10 (anexado no formato PDF).</p> <p><i>Obs.: As informações registradas nesse demonstrativo devem guardar paridade com as constantes nos demonstrativos contábeis;</i></p>

Obs. 1: Atentar que os dados preenchidos nos tópicos do e-TCERJ estejam consonantes com os encaminhados nos formatos PDF.

Obs. 2: O Manual do sistema de Prestação de Contas de Governo Municipal encontra-se no e-TCERJ.